

É preciso lembrar que o estado de São Paulo tem assento no Conass e na Comissão Intergestores Tripartite. Então, não é aceitável que o estado de São Paulo alegue que não tem conhecimento da decisão tomada, até porque a Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo foi participante da decisão. É incompreensível que, tendo participado dessa decisão - fruto da mobilização nacional dos médicos residentes no ano de 2015 -, no apagar das luzes de 2016 nós ainda estejamos nessa situação em que os médicos residentes são obrigados a paralisar suas atividades, a prestação de serviços à população, o atendimento médico que tanto contribui para o Sistema Único de Saúde, prejudicando sua formação em diversas especialidades. Vieram à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo clamar por um apoio deste Parlamento estadual junto ao governo do Estado, para que ele tenha sensibilidade e vontade política de modo que, no exercício financeiro de 2016 e nos exercícios financeiros de 2017 e seguintes, se garantam o reajuste da bolsa e, condições adequadas de ensino e de apoio técnico administrativo para a prestação de serviço.

Diz assim o documento da Associação dos Médicos Residentes do Estado de São Paulo:

"Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual" - este documento foi encaminhado a todos nós, 94 deputados, e é datado do dia 29 de novembro - "a Associação dos Médicos Residentes do Estado de São Paulo, Amersop, vem por meio desta carta solicitar apoio do Poder Legislativo a respeito do não repasse do reajuste no valor da bolsa-auxílio dos médicos residentes que estão sob a tutela da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. O reajuste de 11, 91% na bolsa de residência médica deveria incidir a partir do pagamento realizado em abril de 2016, relativo à carga horária de março de 2016. O valor bruto com reajuste é de 3330,43 conforme descrito na Portaria interministerial nº 3 de 16 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 17 de março de 2016. Esta foi uma conquista após as ações nacionais do movimento de valorização da residência médica organizado pela organização nacional de médicos residentes em 2015. Necessário ressaltar que o tal acordo foi realizado com a participação do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, instituição em que a Secretaria de Estado da Saúde tem representação.

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo nega-se a reajustar a bolsa de residência médica sob a alegação de falta de recursos para tal. Também não há qualquer comprometimento por parte da Secretaria em propor a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo o debate e a inclusão desse reajuste na lei orçamentária anual de 2017. Esta postura demonstra profundo desrespeito ao médico residente, profissional que em busca de aprimoramento muitas vezes se vê obrigado a suprir, a assumir demandas de atendimento que deveria ser supridas por médicos devidamente contratados pelo Sistema Único de Saúde, mas assim o faz para não prejudicar a população que depende do serviço público de Saúde.

Atualmente dentre todas as fontes pagadoras da bolsa de residência médica, tanto públicas quanto privadas, apenas a Secretaria de Estado da Saúde não se adaptou aos valores atualizados imputando um feito vergonhoso ao estado mais rico da União.

Sugerimos a inclusão desta pauta na próxima reunião da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento e na Comissão de Saúde, tendo em vista o impacto direto em relação ao funcionamento dos aparelhos de Saúde em todo o estado e solicitamos intervenção junto ao Governo do Estado de São Paulo em defesa do nosso pleito.

Atenciosamente,  
Diretoria da Amersop - Gestão 2016/2017".  
Senhor presidente, senhores deputados!  
O deputado João Caramaz, relator do Orçamento para o exercício de 2017, compareceu à audiência pública e informou que o prazo limite de que dispõe para apresentar o seu relatório é o dia 17 de dezembro e que há um compromisso da parte dele de buscar uma solução que atenda a essa expectativa de todas os representantes de bancadas parlamentares que participaram desse importante evento na data de hoje.

Sr. Presidente, solicito que também o documento do Conselho Estadual de Saúde com representação de gestores, trabalhadores e também de usuários da Saúde seja publicado como parte integrante desse pronunciamento e que cópia desse pronunciamento seja encaminhada ao governador Geraldo Alckmin e também ao Secretário de Estado da Saúde para que tomem providências em suas alçadas de competência.

Obrigado!  
O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - O pedido de V. Exa. é regimental.  
Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sr. Presidente, havendo acordo de lideranças, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - É regimental. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 5º, ambos do Regimento Interno, convocarei reunião extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento a realizar-se hoje às 18 horas e 15 minutos, no Salão Nobre, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 803, de 2016, de autoria do Sr. Governador.

Nos mesmos termos, convocarei reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, às 18 horas e 20 minutos, no Salão Nobre, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 835, de 2016, de autoria do Sr. Governador.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convocarei V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje, lembrando-os, ainda, da Sessão Extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas.  
Está levantada a sessão.

\*\*\*  
- Levanta-se a sessão às 18 horas e 11 minutos.  
\*\*\*

## 29 DE NOVEMBRO DE 2016 48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

**Presidentes:** MARIA LÚCIA AMARY e FERNANDO CAPEZ  
**Secretários:** WELLINGTON MOURA, HÉLIO NISHIMOTO, CAUÊ MACRIS, ED THOMAS, DAVI ZAIA, JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR e CORONEL CAMILO

### RESUMO

ORDEM DO DIA  
1 - MARIA LÚCIA AMARY  
Assume a Presidência e abre a sessão. Coloca em discussão o PL 328/16.  
2 - CAMPOS MACHADO  
Solicita verificação de presença.  
3 - PRESIDENTE MARIA LÚCIA AMARY  
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, interrompida com a constatação de quórum.  
4 - CARLÃO PIGNATARI  
Discute o PL 328/16 (aparteado pelo deputado Davi Zaia).

5 - TEONILIO BARBA  
Discute o PL 328/16.  
6 - CAMPOS MACHADO  
Discute o PL 328/16 (aparteado pelos deputados Jorge Caruso e Barros Munhoz).  
7 - BETH SAHÃO  
Discute o PL 328/16 (aparteada pelo deputado Carlão Pignatari).  
8 - BETH SAHÃO  
Solicita verificação de presença.  
9 - PRESIDENTE MARIA LÚCIA AMARY  
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, interrompida com a constatação de quórum.  
10 - JORGE CARUSO  
Discute o PL 328/16 (aparteado pelos deputados Teonílio Barba e Campos Machado).  
11 - CORONEL CAMILO  
Para comunicação, faz coro ao discurso do deputado Jorge Caruso. Lamenta a criação da Frente Parlamentar contra a truculência da Polícia Militar. Afirma que a PM é a primeira defensora das garantias individuais dos cidadãos. Ressalta que não pode haver a transgressão da ordem. Crítica o desvio do foco da frente parlamentar criada. Menciona seu pedido de exoneração do ouvidor das polícias Júlio César Neves, que, de acordo com o deputado, não está exercendo o seu papel corretamente. Esclarece que a PM estará sempre à disposição do povo de São Paulo.

12 - WELLINGTON MOURA  
Para comunicação, diz ter assinado a abertura da frente parlamentar, mas que após a não concordância com o caminho seguido pela mesma, retirou sua assinatura. Diz ser totalmente a favor da Polícia Militar e o seu trabalho no estado de São Paulo. Ressalta a dificuldade da vida do policial militar. Apoiar a Polícia Militar, a Polícia Civil, entre outras. Informa que todos os deputados do PRB retiraram seus nomes da frente parlamentar criada.

13 - TEONILIO BARBA  
Para comunicação, cita a manifestação de mais de três mil pessoas da APAE cobrando recursos e investimentos. Informa que o presidente desta Casa pediu que fossem lacradas diversas entradas. Afirma que o boletim citado pelos deputados que o antecederam foi elaborado após este incidente e não representa o conteúdo da frente parlamentar.

14 - JORGE CARUSO  
Para comunicação, afirma que o panfleto foi elaborado pela frente parlamentar criada pelo deputado José Zico Prado.

15 - MARCOS MARTINS  
Discute o PL 328/16 (aparteado pelo deputado Cauê Macris).

16 - TEONILIO BARBA  
Discute o PL 328/16 (aparteado pelo deputado Campos Machado).

17 - TEONILIO BARBA  
Solicita verificação de presença.

18 - PRESIDENTE MARIA LÚCIA AMARY  
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, interrompida com a constatação de quórum.

19 - RAUL MARCELO  
Discute o PL 328/16 (aparteado pelo deputado Barros Munhoz).

20 - TEONILIO BARBA  
Para comunicação, parabeniza os metalúrgicos de São Paulo, São José dos Campos e ABC, pelas manifestações, esta semana, em frente ao BNDES.

21 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ  
Assume a Presidência.

22 - CARLOS NEDER  
Discute o PL 328/16.

23 - TEONILIO BARBA  
Solicita uma verificação de presença.

24 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ  
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, interrompida com o encerramento da sessão. Lembra a realização da segunda sessão extraordinária, às 21 horas e 40 minutos. Encerra a sessão.  
\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Maria Lúcia Amary.  
\*\*\*

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.  
\*\*\*

- Passa-se à

### ORDEM DO DIA

\*\*\*

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposição em Regime de Urgência.

Discussão e votação - Projeto de lei nº 328, de 2016, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a alienação dos imóveis que especifica e dá outras providências. Com substitutivo e 24 emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, solicito regimentalmente uma verificação de presença.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Convivo os nobres deputados Wellington Moura e Hélio Nishimoto para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida.  
\*\*\*

- É iniciada a chamada.  
\*\*\*

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - A Presidência constata número regimental em plenário pelo que interrompe a verificação de presença e agradece a colaboração dos nobres deputados Wellington Moura e Hélio Nishimoto.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. Ausente S. Exa., tem a palavra o nobre deputado Pedro Tobias. Ausente S. Exa., tem a palavra o nobre deputado Carlão Pignatari.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, vamos discutir a alienação de alguns terrenos de São Paulo, terrenos escolhidos pela Secretaria da Agricultura e outros por provas de cada uma das Secretarias. O próprio líder do Governo disse que quando se vai alienar um terreno, não necessariamente precisamos vender algum terreno. Podemos fazer sessão às prefeituras. Alguns terrenos estão atrapalhando o desenvolvimento das cidades. E por um acordo feito com os deputados que tinham alguns terrenos que estavam com problemas... Acordo esse feito junto à liderança do Governo, para que pudesse ser retirado de pauta. Com todas as dificuldades econômicas pelas quais o Brasil e o governo de São Paulo vêm passando, é necessário cumprir os compromissos em dia. Assim, se porventura for vendido algum desses terrenos, poderemos investir nas áreas de Educação, Saúde e Infraestrutura do próprio estado de São Paulo.

O Estado tem hoje uma dificuldade financeira enorme, pelo desaquecimento da atividade econômica no País. Há um desemprego de quase 12 milhões de pessoas; e temos 11 milhões de subempregos no estado de São Paulo. Tudo isso faz com que o Estado passe a arrecadar cada vez menos. Se não há emprego, não há consumo. Se não há consumo, há o desemprego no comércio, na indústria. O governador de São Paulo, que está cumprindo à risca a Lei de Responsabilidade Fiscal, com seus funcionários e com os fornecedores do estado de São Paulo, tem feito uma diferença enorme para que este País melhore e ande cada dia mais.

O estado de São Paulo está rigorosamente em dia com suas propostas, sendo uma responsabilidade do governador Geraldo Alckmin fazer com que o Orçamento do Estado seja cumprido à risca, mesmo que tenhamos hoje quase oito bilhões de perda de arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços do estado de São Paulo. São11 meses; está findando o décimo primeiro mês. Isso é preocupante. O Estado precisa fazer caixa, para que possa efetivamente cumprir todos os seus compromissos. No Orçamento deste ano, o estado de São Paulo paga um bilhão e 300 milhões de reais de dívidas da década de 90, e mais quase um milhão e 600 mil reais de dívida previdenciária. Quando chega o fim do ano, isso é quase 15% da arrecadação bruta do governo de São Paulo.

Todos nós devemos ter responsabilidade num período de crise, em que às vezes se sacrificam funcionários, que ficam sem ter aumentos. Para V. Exa. ter uma ideia, deputado Carlos Neder, se o governo der zero de aumento para toda a classe de funcionalismo público do estado de São Paulo, a folha vegetativa do nosso Estado aumenta de 5% a 7 por cento. E também os benefícios de anos anteriores, de quinquênios que vão sendo adquiridos. E hoje estamos tendo uma discussão enorme sobre isso, sobre a responsabilidade de cada um dos nossos governos, de cada um dos nossos amigos, para que possamos continuar fazendo com que as pessoas tenham metrô, infraestrutura, saúde, educação; e para que possamos sempre juntos fazer deste Estado um estado cada vez melhor.

Estamos vendo a situação de penúria em que se encontram os estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e muitos outros, que não têm dinheiro para abastecer os carros de bombeiro, a Polícia Militar, as obras de saúde. Graças a Deus, aqui em São Paulo, isso não acontece, em grande parte pela responsabilidade com que o governador Geraldo Alckmin vem cuidando, com pulso firme e muita segurança, das finanças do governo de São Paulo. Esperamos que num futuro muito próximo tenhamos desenvolvimento econômico, para que tenhamos uma geração de emprego, uma geração de renda.

Percebemos que hoje várias atividades produtivas do País estão parando. Temos, hoje, na produção de caminhões do estado de São Paulo, 48% de queda da venda de novos caminhões.

Temos, hoje, deputada Maria Lúcia Amary, e isso são números da Fenabrave, 186 mil veículos no estado de São Paulo contemplados em consórcios que os empresários e as pessoas físicas não retiram, porque, se retirarem, têm que gastar com pneu, têm que fazer licenciamento, colocar carroceria e não têm mercadoria para transportar.

Então, nas indústrias da nossa região, de onde são os deputados Bolçone, João Paulo Rillo, Vaz de Lima, tivemos a demissão de quase três mil funcionários nos últimos 18 meses. Isso é muito triste. Essas pessoas, perdendo seus empregos, vão para o Sistema Único de Saúde, para a escola pública, porque perderam seu plano de saúde.

Temos que ter mais recursos para investimento na área fim, na ponta, para atender melhor os nossos cidadãos. Acho que, hoje, o Governo de São Paulo, com muita responsabilidade, com muito pulso firme, garante que nossas finanças estejam em dia. Os outros estados não estão.

Temos uma dificuldade enorme em fazer com que o Brasil volte a crescer. Hoje o deputado Ramalho da Construção, da bancada do PSDB, teve uma audiência aqui no sindicato com o ministro do trabalho, para vermos se conseguimos fazer algum incremento à atividade de construção civil, que gera, rapidamente, novos empregos e mais renda para nosso trabalhador.

Vemos o setor automotivo, que o deputado Teonílio Barba conhece muito melhor do que eu, também com dificuldades econômicas, também diminuindo vendas. O setor produtivo de caminhões semipesados e pesados, no Brasil, produz 180 mil veículos, temos, hoje, 189 mil veículos contemplados em consórcio que não são retirados. Ou seja, temos um ano de produção na carteira, recheando o cofre dos consórcios e das seguradoras.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Um aparte, deputado?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Parabéns por assumir a presidência nacional do PPS. Antes era o nosso presidente estadual e agora é o presidente nacional do PPS. Parabéns, deputado Davi Zaia.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Ainda vamos ter uma reunião do diretório para confirmar no próximo final de semana, mas muito obrigado.

Na linha do que V. Exa. está explanando, de fato, hoje, o grande desafio do Brasil e de todos nós que temos responsabilidade política, é somar forças para encontrar o caminho da retomada do desenvolvimento.

Isso exige, de um lado, confiança, porque a economia, em grande parte, depende disso. Do outro lado, depende de medidas concretas, que possam apontar para os investidores, que possam apontar que temos um equilíbrio das contas e, com isso, ter a possibilidade de que os investimentos venham para cá.

Ví muita gente dizendo, quando o Trump ganhou a eleição americana, que isso poderia atrapalhar o Brasil. É verdade que talvez, se a Hillary tivesse ganhado, seria muito melhor para o mundo e para o Brasil, mas eu observava que nosso maior problema, hoje, é nosso. Dependemos de uma credibilidade para podermos retomar o crescimento e, credibilidade se faz, principalmente, com ações do Governo.

Aqui em São Paulo, temos essa vantagem, um governador sempre preocupado. Como podem provar projetos concretos que mostram que, de um lado, o estado está equilibrado e pagando as suas contas, os funcionários recebendo em dia - só isso faz uma diferença enorme, imaginem se os funcionários do estado de São Paulo não estivessem recebendo salários, o que isso significaria na economia de cada uma das nossas cidades que têm uma quantidade de funcionários que movimentam a economia - e, de outro lado, a confiança que isso passa.

Portanto, tanto esse projeto como outros vêm nesse sentido, de olhar o interesse do Estado mas também, com isso, alavancar ainda mais a economia. Acho que essa é a importância desse debate que temos que fazer neste momento.

Portanto, estou plenamente de acordo com o que V. Exa. vem manifestando e acho que o desafio de todos nós é justamente encontrar propostas concretas, ter a coragem de aprová-las, fazer as mudanças necessárias para que tenhamos crescimento. O crescimento vai resolver grande parte dessas outras questões que temos debatido, pois a falta de emprego e a falta de geração de receita para o governo têm gerado todas essas consequências.

Hoje mesmo tivemos uma série de manifestações de servidores que não conseguiram, ainda, ter seu reajuste, mas isso só será possível se tivermos um crescimento econômico, senão ficaremos discutindo de quem nós tiramos para dar para quem, se é que dá para tirar de alguém ainda.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - É verdade, deputado Davi Zaia, parabéns por seu aparte. Nós sabemos que o governador tem controlado com pulso muito firme o gráfico analítico das receitas e das despesas do estado de São Paulo. Isso é positivo, mas é negativo quando vemos o funcionalismo querendo aumento, como é o caso da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Nós não somos contra nada disso, o que precisamos ter é uma atividade econômica forte para que possamos gerar mais emprego e mais renda e para que possamos contemplar também o funcionalismo. Eu acredito que, quando se tem um governo sério, correto e decente como é o governador Geraldo Alckmin, é muito fácil fazer qualquer tipo de manifestação.

Hoje tivemos nesta Casa os médicos residentes, e minha filha terminou sua residência no fim do ano passado. Eles estavam pleiteando R\$ 300,00 a mais em sua bolsa, para que possam atender, principalmente, o mais pobre, o Sistema Único de Saúde. Ninguém é contra isso, e o deputado disse muito claramente: de onde vamos tirar o dinheiro para passar para outra categoria? É isso que nós temos que ver.

No ano passado, tivemos uma expectativa de 129 bilhões de ICMS para ser arrecadado este ano, mas o número não deverá chegar a 120 bilhões. Somente aí, perdemos mais de 8 bilhões. Somando 30 bilhões de dívida a esses 8 bilhões, são 38 bilhões.

Começamos a ver que grande parte do recurso do Tesouro de São Paulo é para pagar o funcionalismo, o que é justo, é correto, mas efetivamente temos que ter um futuro bem melhor. É por isso que precisamos da ajuda de todos os deputados, para que possamos, com a alienação desses terrenos, disponibilizar mais uma ferramenta para o Governo do Estado de São Paulo, para que ele possa gerenciar cada vez melhor a vida do nosso povo paulista.

Todos nós sabemos que é necessário melhorar a economia e a arrecadação, mas temos que diminuir as despesas meio no governo de São Paulo e ficar com recursos investidos no fim, para atender o cidadão na sua base, na sua cidade. Assim poderemos continuar sendo referência em seriedade, compromisso e honestidade para todo o povo brasileiro.

Todos nós temos uma grande responsabilidade. Ninguém gosta de vender patrimônio, ninguém gosta de alienar patrimônio, mas há momentos em que isso é necessário, e é evidente. A expectativa passada hoje pelo governo é de que podemos ter 1,2 bilhão de arrecadação com a alienação desses novos terrenos. Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Para falar contra, tem a palavra o nobre deputado Teonílio Barba.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, nobre deputado Maria Lúcia Amary, Srs. Deputadas, Sras. Deputadas, em primeiro lugar, quero deixar aqui minha solidariedade, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, à família de todas as pessoas envolvidas no acidente aéreo, nesta madrugada. As famílias chapecoenses e catarinenses nosso pesar e nossa solidariedade.

Queria também parabenizar o deputado Davi Zaia, eleito presidente nacional do PPS. Como defendo as instituições partidárias, e não pessoas, respeito os partidos. Posso divergir de um deputado ou outro, dentro do debate político, mas defendo a estrutura partidária para construir a democracia no País. Não se faz democracia com pessoas; se faz democracia com estrutura partidária. Nenhum cidadão ganha uma eleição sozinho no País. Ganha através de um partido, ou de uma coligação partidária.

Quero dizer que a base governista do PSDB, no estado de São Paulo - o DEM, o PPS, o PMDB e outros -, está pregando uma visão muito otimista em relação ao Brasil. Vossas Excelências não estão dizendo a verdade para o povo brasileiro. Vou mencionar os indicadores econômicos que estão melhorando: ano passado a inflação foi de 10,7%, e neste ano será algo em torno de 7,3 por cento. É razoável isso, porque ela teve uma sobrecarga, em 2015, que no mundo dos economistas - não sou economista - é chamada de inflação corretiva em função dos preços do setor energético, gasolina, água, luz, não terem sido reajustados por dois anos, 2013 e 2014. Outro setor que não teve reajuste foi a cesta básica, porque o governo retirou o PIS e o Confins. A presidente Dilma, na época, chamou o pessoal do setor, falou que estava retirando, que iria cair de 9%, e que eles teriam que retirar isso. E aí, quando veio o repasse, em 2015, chamada inflação corretiva, o aumento veio acima da medida, e o setor empresarial estava nervoso.

Houve outra medida tomada pela presidente Dilma, quando ela pegou a Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil e reduziu o spread bancário. Era 8,7 ao mês e foi para 4,21 por cento. E o setor privado teve que acompanhar. A partir daí, o setor privado financeiro do País decretou que ela não poderia ser reeleita, e que se fosse, teria que ter um golpe.

Temos alguns indicadores melhorando neste ano. A taxa Selic foi de 14,25 para 14 por cento. Deverá cair amanhã, na reunião do Copom. A inflação vai ter uma queda para 7,5%, muito melhor que os 10,7% do ano passado; os indicadores de capital estão melhorando na Bolsa de Valores, estavam abaixo de 50 mil e passaram a 58 mil pontos, podendo chegar a sessenta.

Não se muda a economia sem mudar antes a expectativa da economia, falando de maneira positiva. Isso é importante. É preciso depois pesquisar com os empresários. Existem institutos que fazem isso, para ver qual a expectativa deles, se está melhorando, ou não, a expectativa da economia.

Esses três indicadores vão melhorando. Deputado Davi Zaia, temos concordância, por exemplo, sobre as cooperativas de crédito, o sistema cooperativista. Existe um indicador social econômico muito importante, que não mudará nos próximos dois anos. Esse indicador é o principal, o chamado "emprego", que melhora a expectativa de tudo. Não adianta melhorar todos os indicadores da economia, se as famílias não se sentirem empregadas.

Trabalhei 25 anos na Ford e cinco na Volkswagen. A ocupação ociosa da Ford, hoje, está em torno de 40%, considerando de segunda a sexta. O que é a ocupação ociosa? Você tem uma fábrica que produz sapatos. Ela produz um mil pares de sapatos. Se ela passa a produzir 100 pares, são 900 pares de sapatos a menos, de segunda a sexta.

Na fábrica de carros, a Ford tem capacidade de produzir 130 mil carros no ano, mais 38 mil caminhões, considerando o trabalho de segunda a sexta. Digo isso porque estudei, negocieei essa produção com a Ford. O ano de produção, nas empresas, tem 237 dias, sem contarmos os sábados e as horas extras, trabalhando de segunda a sexta. Neste ano, a Ford terá 100 dias de produção, considerando de segunda a sexta. São 137 dias a menos.

Para ela voltar, tem que contratar alguém, Para melhorar o indicador econômico, ela tem que voltar a produzir os 237 dias. Isso não é só a Ford. É a Ford, a Volkswagen, a Scania, a Mercedes e quase todas as indústrias brasileiras.

Depois que ela voltar a produzir de segunda a sexta, ela vai precisar aumentar um pouco mais a produção, dar um "up" na produção. Ela tem mais, no mínimo, quatro sábados e hora extra, para contratar. E se ela quiser, ela tem mais quatro domingos para contratar.

Para recuperar tudo isso na indústria, para voltar a gerar emprego, vai demorar muito tempo. Deputado Carlão, seu discurso positivista é importante. Não acho que temos que fazer discurso negativista, não. Estou fazendo é constatação. Isso é fato real. Quem é dono de frigorífico, ou parceiro de dono de frigorífico, sabe disso, o único setor que permaneceu positivo neste País.

O País tem um tripé da economia, que é o agronegócio, a indústria da transformação e a indústria da construção civil, que emprega quase sete milhões de trabalhadores, e teve queda significativa. Portanto, não há perspectiva de recuperação de emprego. E quando não recupera emprego, não criamos expectativa positiva nas famílias. E se não criamos expectativa positiva nas famílias, as famílias só consomem o essencial, que é o que fornece o agronegócio. São os produtos da cesta básica e a exportação.